Supremo Tribunal de Justiça

Processo nº 26622/18.5T8LSB.L1.S1

Relator: PEDRO DE LIMA GONÇALVES

Sessão: 03 Março 2020

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: REVISTA

Decisão: INDEFERIDA A RECLAMAÇÃO

RECURSO DE REVISTA

ADMISSIBILIDADE DE RECURSO

DESPACHO DO RELATOR

RECLAMAÇÃO

PROCEDIMENTO CAUTELAR

OPOSIÇÃO DE JULGADOS

REJEIÇÃO DE RECURSO

Sumário

I - Quando no requerimento de recurso os recorrentes suscitam a questão da recorribilidade da decisão e nas contra-alegações o recorrido tem oportunidade de sobre a mesma se pronunciar, não há decisão -surpresa se o relator do processo não admitir o recurso, sem proceder ao convite a que se reporta o art.º 655.º do CPC.

II - Por força do artigo 370.º, n.º 2 do CPC, sabendo que no caso dos autos o recurso tem por objeto uma decisão final proferida num procedimento cautelar, “não cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, sem prejuízo dos casos em que o recurso é sempre admissível.”

III - Invocando os recorrentes o fundamento de recurso previsto no artigo 629.º, n.º 2, al. d), do Código de Processo Civil, têm de comprovar o trânsito em julgado do acórdão fundamento do tribunal da Relação e demonstrar que se verifica a alegada contradição de julgados, no sentido de ser “uma oposição frontal, não bastando uma oposição implícita ou pressupostos e tem de referir-se a questão que se tenha revelado essencial para a sorte do litígio em ambos os processos, desinteressando para o efeito questões marginais ou que respeitem a argumentos sem valor determinante para a decisão emitida” - cf. Acórdão do STJ de 03-10-2019 (Revista n.º 167/06.4TBMFR.L1.S2)

Texto Integral

Processo n.º26622/18.5T8LSB.L1.S1

ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, no Supremo Tribunal de Justiça:

I. Relatório

1. AA, BB, CC, DD, EE, FF, GG, HH, II, JJ e KK intentaram procedimento cautelar comum contra **LL e mulher, MM, STHV - Investments, Lda, NN, OO e Interconfor - Decorações de Interiores, Lda.**, formulando os seguintes pedidos:

a) Que se ordene a imediata cessação da atividade de restaurante e/ou restauração na loja n.º, correspondente ao n.º ..., Lisboa, mediante notificação pessoal dos requeridos por funcionário judicial no local, devidamente assistido por forças policiais, para se absterem de exercer no presente e no futuro, por si ou por interposta pessoa, toda e qualquer atividade de restaurante e/ou restauração na referida loja, autorizando-se, desde já, os requerentes a, expensas dos requeridos, retirarem a tubagem instalada na corete de ventilação do prédio, assim como a removerem os aparelhos de ar condicionado e extrator colocados na fachada sul do prédio, assim como a removerem para lugar seguro (fornecedor) as botijas de gás;

Quando assim não se entenda;

b) Que se ordene a notificação dos requeridos por funcionário judicial, assistido por forças policiais, para que cessem no momento e se abstenham de exercer no futuro, por si ou por interposta pessoa toda e qualquer atividade de restaurante e/ou restauração, na mencionada loja, ordenando-se aos mesmos a imediata retirada dos tubos de exaustão colocados nas caleiras de ventilação, bem como a retiradas das botijas de gás das caves e da loja e de todos os objetos ali colocados ou guardados, fixando-se o prazo máximo de 48 horas, tapando todos os buracos efetuados nas paredes, tetos e pavimentos

estruturais do prédio, fixando-se uma sanção compulsória por cada dia de atraso no valor de € 5.000,00;

c) Em qualquer dos casos, que se ordene que o funcionário judicial, assistido pelas autoridades policiais, aponha selos nos equipamentos de queima e de extração de gases, até à sua completa remoção de modo a inviabilizar a sua utilização e assim garantir a eficácia da providência;

d) Que se ordene a notificação dos requeridos de que em caso de violação ou incumprimento da decisão decretada, além da infração do crime de desobediência qualificada, vão condenados numa sanção pecuniária compulsória de € 2.500,00 e legitima a execução pelos requerentes ou por quem os represente da decisão jurisdicional;

e) Que se ordene aos requeridos LL e MM que se abstenham de no futuro arrendar ou ceder a qualquer título a loja 18 a terceiros para nela exercerem a atividade de restaurante e/ou restauração;

f) Que se ordene a notificação dos requeridos LL e MM de que devem, no prazo de 5 dias, remover todos os objetos existentes nas boxes e que não lhes podem dar fim diverso ao que consta no título constitutivo da propriedade horizontal e do regulamento às boxes, apenas podendo estacionar viaturas uma em cada box, condenando-se, desde já, numa sanção compulsória de € 500,00 por cada dia de atraso.

g) Que seja concedida a inversão do contencioso.

2. Alegaram, para tanto, e em síntese, que:

- são proprietários e residentes em frações autónomas num prédio localizado em ..., Lisboa, no qual a requerida Interconfor foi, até 04.10.2018, proprietária de uma fração - loja localizada nesse prédio, destinada a comércio e serviços, onde era exercida a atividade de exposição e comércio de móveis e utensílios de cozinha;

- desde 04.10.2018 os proprietários dessa fração autónoma são os ora requeridos LL e mulher, MM. Sucede que estes últimos cederam a mencionada loja à requerida STHV, de que os também requeridos NN e OO são sócios gerentes, os quais realizaram obras não autorizadas na aludida loja e em finais de setembro de 2018 aí abriram um restaurante, denominado ...;

- uma vez que o aludido local não está destinado à restauração, não dispõe de condições de ventilação nem de acesso ao abastecimento de gás, os requeridos, sem autorização, instalaram na corete destinada à renovação do ar das casas de banho das habitações um tubo de exaustão;

- esse tubo, além de reduzir em 40% o caudal de renovação do ar das casas de banho, pelo facto de ser composto por vários tubos aparafusados liberta gases que emitem cheiros nauseabundos, sujam tudo e põem em causa a saúde e a vida dos habitantes do prédio;
- acresce que os requeridos instalaram nas traseiras da loja um extrator de fumos e gases que são expelidos diretamente para o logradouro, a uma altura de apenas 2,20 metros, propagando-se a todo o prédio;
- por outro lado, uma vez que a dita loja não tem acesso a gás da companhia, os requeridos decidiram utilizar na sua atividade botijas de gás, que armazenam em grande quantidade na própria loja, junto à corete de ventilação das caves e, bem assim, em três boxes localizadas na cave, com todo o perigo de rebentamento que isso implica;
- acresce que das máquinas da loja e do funcionamento desta provêm ruídos, mesmo de noite, que obstam ao descanso dos moradores;
- finalmente, os requeridos acumulam no exterior lixos provenientes do restaurante, contaminando o pavimento do logradouro e o passeio público.

Concluem que todos estes factos lesam os requerentes na sua saúde, põem a sua vida em perigo, e causam danos patrimoniais, seja pela desvalorização que implicam das suas casas, seja pela despesa que será necessário realizar para recolocar o prédio no estado em que se encontrava, nomeadamente no que concerne à sua limpeza.

3. Os requeridos STHV, NN e OO contestaram, arguindo a incompetência do tribunal quanto à matéria e a ineptidão da petição inicial, defendendo a legalidade da exploração de um restaurante na dita loja e impugnando o alegado quanto aos cheiros, fumos e ruídos provenientes do restaurante.

Alegaram ainda que investiram todo o seu dinheiro naquele negócio e contraíram empréstimos bancários, dando trabalho a 12 pessoas, pelo que o encerramento do restaurante iria causar mais prejuízos do que benefícios.

4. Os requeridos Interconfor, LL e MM também contestaram, arguindo a ilegitimidade dos requerentes e, bem assim, dos requeridos, afirmando serem alheios a tudo o alegado na petição inicial e concluindo pela improcedência da providência.

5. Os requerentes responderam às exceções alegadas pelos requeridos, pugnando pela sua improcedência.

6. Foi proferido despacho que julgou improcedente a exceção de incompetência do tribunal quanto à matéria.

7. No Tribunal de 1ª instância foi proferida sentença, na qual, após se terem julgado improcedentes a arguição de ineptidão do requerimento inicial e de ilegitimidade adjetiva dos requerentes e dos requeridos LL, MM e Interconfor, se decidiu não decretar as providências requeridas.

8. Os requerentes apelaram da sentença, tendo o Tribunal da Relação de Lisboa julgado a apelação improcedente e, conseqüentemente, mantido a sentença recorrida.

9. Inconformados, os requerentes vieram interpor recurso de revista.

10. O Relator não admitiu o recurso de revista (cf. fls.463/468).

11. Os Recorrentes vieram apresentar Reclamação para a Conferência do despacho do Relator, por, no seu entendimento, se verificar uma situação de contradição de acórdãos (entre o proferido nestes autos e o Acórdão da Relação de Lisboa, de 4/03/2004 - processo nº10334/2003 -, bem como se verificar “a nulidade da decisão-surpresa”.

12. Os recorridos vieram responder.

13. Cumpre apreciar e decidir.

II. Do objeto da reclamação

Os Reclamantes vieram manifestar a sua discordância do despacho do Relator que não admitiu o recurso, bem como invoca “a nulidade da decisão-surpresa”.

III. Fundamentação.

1. Releva para a decisão o que consta do relatório que antecede.

2. Do mérito da Reclamação

2.1. Da decisão-surpresa

Os recorrentes referem que não foi dado cumprimento ao disposto no artigo 655.º do Código de Processo Civil, pelo que o despacho do relator que não admitiu o recurso configura uma decisão surpresa.

Prescreve o n.º1 do artigo 655.º do Código de Processo Civil que se entender que não pode conhecer-se do objeto do recurso, o relator, antes de proferir decisão, ouvirá cada uma das partes.

Como se sabe, o n.º3 do artigo 3.º do Código de Processo Civil proíbe as “decisões-surpresas”, por serem violadoras do princípio do contraditório, e visa impedir que o juiz decida questões de direito ou de facto sem que as partes tenham a possibilidade de sobre elas se pronunciarem (cf. Ac. do STJ, de 9/05/2002, in Sumários, 5/2002).

Ora, no caso presente, os Recorrentes, nas suas alegações, consciente dos problemas de admissibilidade do presente recurso de revista, expôs os seus argumentos quanto à admissão do recurso de revista que pretendia interpor.

Daí que, nessas suas alegações, tentou demonstrar que se verifica a contradição de Acórdãos, pelo que, concluía, o recurso devia ser admitido, com fundamento no disposto na alínea d) do n.º2 do artigo 629.º do Código de Processo Civil (cf. fls.392/394, e fls.397, destes autos em papel).

Os Recorridos, nas suas contra-alegações, também se pronunciaram sobre essa mesma questão.

Assim, não se verifica a existência de uma decisão-surpresa quando as partes colocaram a questão ao Tribunal, discutiram essa mesma questão e o Tribunal de pronunciou somente sobre essa questão e sobre os argumentos esgrimidos pelas partes.

Depois do que se refere, a notificação a que se refere os requerentes configurava a existência de um ato inútil, proibido pela lei.

Deste modo, não se verifica a invocada nulidade.

2.2. Inadmissibilidade do recurso

Quanto à inadmissibilidade do recurso, como se referiu na decisão do Relator, com a qual se concorda na íntegra:

“De acordo com o disposto no artigo 370.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, “das decisões proferidas nos procedimentos cautelares, incluindo a que

determine a inversão do contencioso, não cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, sem prejuízo dos casos em que o recurso é sempre admissível.”

No caso dos autos, o recurso tem por objeto uma decisão final proferida num procedimento cautelar, pelo que o recurso de revista apenas será possível se se tratar de um caso em que o recurso é sempre admissível.

Os recorrentes invocam o fundamento de recurso previsto no artigo 629.º, n.º 2, al. d), do Código de Processo Civil segundo o qual “independentemente do valor da causa e da sucumbência, é sempre admissível recurso: (...) d) Do acórdão da Relação que esteja em contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, e do qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, salvo se tiver sido proferido acórdão de uniformização de jurisprudência com ele conforme.”

Os recorrentes invocam a contradição do acórdão recorrido com o acórdão da mesma Relação proferido no dia 04-03-2004, processo nº10334/2003-6, consultável em www.dgsi.pt. de que foi junta cópia simples a fls. 400 e segs.

De acordo com os recorrentes, “existe contradição entre os acórdãos já que em relação ao *fumus boni iuris*, no acórdão fundamento se decidiu que o exercício de uma atividade de restauração numa fracção destinada a comércio e serviços constitui violação do disposto no artigo 1422.º, n.º 2, al. c), do Cód. Civil e por si só preenche o referido requisito, ao passo que no acórdão recorrido concluiu-se com um *non liquet* pois decidiu-se que «suscitar-se-nos-iam» fundadas dúvidas acerca da alegada violação do fim imputado à aludida fracção.”

Por outro lado, ainda segundo os recorrentes, “quanto ao requisito *periculum in mora*, decidiu-se no acórdão fundamento que a violação, além de constituir fundamento suficiente para o decretamento da providência, só cessa quando se verifica a conformidade do uso com o fim e que a mesma constitui violação grave do direito dos condóminos não lhes sendo exigível que aguardem a natural tramitação da ação própria para ver cessada tal lesão; ao invés, no acórdão recorrido, convocou-se a ponderação da comparação de prejuízos, tendo-se concluído que os prejuízos dos requerentes (condóminos) não atingiriam a seriedade e gravidade necessários para justificar o encerramento cautelar do estabelecimento, com os previsíveis prejuízos que daí adviriam para a ora requerida STHV e respetivos trabalhadores.”

Apesar dos recorrentes não terem comprovado nos autos o trânsito em julgado do acórdão fundamento, desde já adianta que não se verifica a alegada contradição de julgados.

Como se defendeu no Acórdão do STJ de 03-10-2019 (Revista n.º 167/06.4TBMFR.L1.S2), “a contradição de julgados relevante a que se refere o art. 629.º, n.º 2, al. d), do CPC tem de ser uma oposição frontal, não bastando uma oposição implícita ou pressupostos e tem de referir-se a questão que se tenha revelado essencial para a sorte do litígio em ambos os processos, desinteressando para o efeito questões marginais ou que respeitem a argumentos sem valor determinante para a decisão emitida.” No mesmo sentido se pronunciou o Acórdão do STJ de 09-01-2019 (Revista n.º 135/18.3YHLSB-A.L1.S1).

Ora, as questões sobre as quais os recorrentes invocam existir contradição entre os acórdãos não foram decisivas nem essenciais para a sorte do litígio destes autos. Na verdade, compulsado o teor do acórdão recorrido, facilmente se alcança que o argumento principal para o não decretamento das providências requeridas foi a falta de titularidade pelos requerentes da situação jurídica condominial no prédio onde se localiza a fração onde está instalado o restaurante ... (cfr. fls.49 do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa recorrido). Daí que, ao contrário do que é referido pelos recorrentes, não se verifica qualquer *non liquet* quando no acórdão recorrido se afirma que se “suscitam fundadas dúvidas acerca da alegada violação do fim imputado à aludida fracção”.

Pois no acórdão recorrido apenas se apreciam as questões respeitante à alegada violação do fim imputado à fração onde está instalado o restaurante e à verificação do *periculum in mora* como questões marginais sem valor determinante para a decisão emitida, pois, como se afirmou expressamente no acórdão recorrido, tais questões apenas teriam relevância “se os recorrentes tivessem demonstrado a titularidade dos direitos invocados, incluindo o de residirem no condomínio em questão”.

Ou seja, a questão fundamental em que assentou a decisão final do acórdão recorrido foi a de os recorrentes não terem demonstrado serem condóminos do prédio em causa, motivo pelo qual, as providências cautelares não foram decretadas.

Esta questão não foi sequer apreciada no acórdão fundamento de 04/03/2004 que baseou a sua decisão nos factos alegados pelos requerentes do

procedimento cautelar segundo os quais esses requerentes eram os proprietários e habitantes de frações autónomas do prédio no qual estava instalado o estabelecimento de restauração cuja actividade se pretendia cessar.

Assim, não existe qualquer contradição do acórdão recorrido com o acórdão fundamento relativamente à questão fundamental de direito na qual se baseou a decisão da Relação proferida nestes autos, o que é motivo suficiente para se concluir pela não verificação dos requisitos da contradição de julgados previstos na al. d) do n.º 2 do art. 629.º do CPC, motivo pelo qual o recurso não deve ser admitido”.

Deste modo, a pretensão dos Recorrentes não merece acolhimento.

IV. Decisão

Posto o que precede, indefere-se a presente reclamação, mantendo-se o despacho reclamado.

Custas pelos Recorrentes, fixando a taxa de justiça em 3 UC.

Lisboa, 3 de março de 2020

(Processado e integralmente revisto pelo signatário, que assina e rubrica as demais folhas)

Pedro de Lima Gonçalves (Relator)

Fátima Gomes

Acácio das Neves